

Os invasores de Marx: sobre os usos da teoria marxista e as dificuldades de uma leitura contemporânea¹

MICHAEL HEINRICH*

Nos últimos 120 anos, Marx tem sido lido e compreendido de diversas maneiras. No movimento social-democrata e no movimento comunista dos trabalhadores, Marx era visto como o grande economista que provou a existência da exploração dos trabalhadores, o colapso inevitável do capitalismo e a inevitabilidade da revolução proletária. Essa espécie de “economia política marxista” estava enraizada em uma visão de mundo (*Weltanschauung*) marxista que fornecia respostas para todas as questões históricas, sociais e filosóficas preexistentes.

Esse tipo de “marxismo” onisciente possuía pouca utilidade analítica, mas servia com perfeição aos fins de propaganda e instrumento de autoridade contra aqueles que questionassem a política do partido. Já nas décadas de 1920 e 1930, uma crítica de esquerda desse marxismo surgiu, mas, sufocada pelo stalinismo e fascismo, não teve audiência durante a era da Guerra Fria. A situação começou a mudar nos anos 1960 com novas leituras de Marx que surgiram durante o crescimento do movimento estudantil e dos protestos contra a guerra do Vietnã. Uma nova esquerda emergiu e se viu posicionada em duas frentes: por um lado,

1 O texto a seguir é uma versão levemente modificada de artigo que apareceu na *Jungle World*, um periódico alemão semanal de esquerda, em 21 de setembro de 2005. Em uma edição anterior, Karl Heinz Roth, um dos principais representantes alemães do operaísmo, argumentou que algumas importantes categorias marxistas não são capazes de capturar o capitalismo contemporâneo. O presente texto é uma resposta a tal crítica, com ênfase na diferença entre teoria marxista e marxismo tradicional, enfatizando a “nova leitura de Marx” que surgiu nas últimas décadas. Tradução de Leonardo Marques.

* Professor de Economia na Universidade de Ciências Aplicadas de Berlim. Endereço eletrônico: m.heinrich@prokla.de.

lutavam contra o sistema capitalista global, por outro, contra um movimento comunista autoritário e dogmaticamente petrificado, visto como uma força alimentando a dominação.

Essa nova esquerda não estava unificada. Em relação à ortodoxia marxista, podemos distinguir, *grosso modo*, duas interpretações principais. Uma tendência criticava os sindicatos e partidos de esquerda por considerarem os trabalhadores como um objeto a ser administrado e não como sujeitos capazes de luta e resistência. A base teórica dessa relação de controle e dominação sobre a classe trabalhadora estava localizada no objetivismo e economicismo do marxismo tradicional. A luta de classes, em oposição às leis econômicas objetivas, era enfatizada enquanto principal motor do desenvolvimento social.

Isso resultou em uma leitura particular de Marx que enfatizava certo economicismo dos trabalhos econômicos de um Marx “maduro” ou aquelas passagens que lidavam com luta e classes sociais. Tal interpretação esteve especialmente representada nos anos 1960 pelo operaísmo italiano, que se espalhou durante os anos 1970 para outros países. É lá que estão as raízes de Antonio Negri, enquanto, na Alemanha Ocidental, foi principalmente Karl Heinz Roth e o periódico *Autonomie* que seguiu essa abordagem (cf. Wright, 2002, para uma história do operaísmo italiano; textos de Karl Heinz Roth podem ser encontrados em Frombeloff, 1993).

Se as diversas correntes do operaísmo criticavam a ortodoxia marxista por um excesso de contemplação estrutural e teórica, a segunda tendência crítica teve uma abordagem oposta: ela acusou a ortodoxia de não ter qualquer profundidade teórica. Era necessário libertar as categorias de Marx das contrações dogmáticas da ortodoxia. Ademais, a Crítica da Economia Política de Marx deveria passar, acima de tudo, por uma genuína “reconstrução”, com questões de método sendo trazidas para o centro.

Representantes importantes dessa tendência na Alemanha Ocidental foram Hans-Georg Backhaus e Helmut Reichelt, que enfatizaram o fato de que a forma-conteúdo das categorias de Marx (tais como a forma-valor em oposição às compreensões rasas acerca da substância do valor) havia sido arruinada no marxismo tradicional (cf. Reichelt, 2001 e a coleção de artigos em Backhaus, 1997). Consequentemente, o marxismo tradicional era capaz de apreender o capitalismo como uma relação de exploração, enquanto a forma específica que separava essa exploração de todos os modos de exploração pré-capitalistas permaneceu obscurecida.

Utilizando essa análise das formas como ponto de partida, diversos debates foram iniciados na Alemanha Ocidental nos anos 1970, tais como o debate sobre a “derivação do Estado” (*Staatsableitungsdebatte*), o debate sobre o “mercado mundial”, que tinha as categorias de valor como ponto de partida, e diversas tentativas de “análise real” do movimento atual do capital (cf. periódicos como *PROKLA*). O assim chamado *Wertkritik* promovido por Robert Kurz e o periódico *Krisis* na Alemanha desde o começo dos anos 1990, bem como o conhecido estudo de Moishe Postone *Time, Labor, and Social Domination* [Tempo, trabalho

e dominação social] (1993), têm suas raízes nas ideias de análise das formas dos anos 1970. Os debates daquela década foram também potencializados por diversas tentativas de modernização do marxismo tradicional, como a de Wolfgang Fritz Haug, por exemplo. Uma forma contemporânea de marxismo tradicional que foi modernizada em alguns sentidos está presente em Alex Callinicos, que tem tido alguma repercussão, acima de tudo, no movimento antiglobalização.

A força e a fraqueza das duas correntes rapidamente delineadas aqui são complementares. Enquanto o operaísmo exibiu certa superficialidade em relação às categorias do valor, uma ignorância em relação a conceitos como forma-valor ou fetichismo, bem como uma visão idealizada das lutas contemporâneas, a outra tendência, enterrada em suas trincheiras teóricas, ficou para trás em suas relações com as classes sociais e suas lutas. Isso era especialmente problemático quando os limites do desenvolvimento categórico eram ignorados em uma tentativa de derivar todos os elementos decisivos do Estado, sociedade e consciência das categorias fundamentais da crítica da economia política.

As demandas de uma leitura contemporânea de Marx

A obra de Marx é um gigantesco conjunto de trabalhos teóricos fragmentados. Não consiste apenas de trabalhos não publicados e não terminados; o próprio programa de pesquisa de Marx permaneceu, em grande medida, incompleto. Acima de tudo, o desenvolvimento teórico de Marx é constituído não só de continuidades, mas também por uma série de rupturas. Marx não deve ser utilizado, portanto, como uma fonte de citações ou representado como tendo uma única posição. Esse é, no entanto, exatamente o método comum entre muitos marxistas e críticos de Marx.

Muitos críticos do tradicional “marxismo como visão de mundo” (*Weltanschauungsmarxismus*) têm, conseqüentemente, enfatizado a impossibilidade de se extrair uma teoria do “materialismo histórico” a partir de uma página e meia de observações em relação às forças e relações de produção do prefácio de 1859 da *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Muitos marxistas “não dogmáticos”, porém, também lidam de forma acrítica com seus textos preferidos. As famosas *Teses sobre Feuerbach* de 1845, publicadas por Engels após a morte de Marx, são frequentemente referidas como o documento fundador de uma nova ciência da sociedade e da história. E a décima primeira tese (“os filósofos apenas interpretaram o mundo, a questão é transformá-lo”) é utilizada, com certo deleite, como principal argumento contra adversários que aparentemente teorizariam demais. Não se discute o fato de que as *Teses* foram rabiscadas em um bloco de notas por Marx no contexto de um debate com alguns filósofos (os famosos “jovens hegelianos”) e de que ele nunca mais fez qualquer uso delas. Também esquecido, no caso da décima primeira tese, é o fato de que em nenhuma outra parte da obra de Marx podemos encontrar a tensão, para não falar da exclusão mútua, entre “interpretação” e “transformação” (cf. Heinrich, 2004, para uma investigação

crítica a respeito das *Teses sobre Feuerbach* e o uso que delas foi feito). Uma prática igualmente superficial pode ser observada em relação a outros textos, como a famosa “Introdução” de 1857, constantemente utilizada como a “chave” metódica de *O capital*, que, no entanto, surgiu apenas dez anos mais tarde e em um nível de consciência teórica muito distinto.

Uma leitura séria de Marx não deve apenas levar em consideração o contexto textual; ideias preconcebidas acerca da teoria marxista, mediadas pela escola, pela mídia e nas interações com “marxistas” também devem ser colocadas em questão – a começar com o “ismo”. Ao contrário da ideia de um “sistema marxista” amplamente divulgada, Marx não apenas declarou bruscamente que não era marxista, mas em suas *Notas sobre Wagner* contestou a alegação de que teria criado um “sistema socialista”.

A visão de mundo estreita e as distorções criadas pelos construtores do sistema marxista, especialmente de muitos “marxistas-leninistas”, eram gritantes. Consequentemente, raramente há marxismos hoje sem algum tipo de apêndice: há muitos “não dogmáticos”, “abertos”, “pluralistas” ou outros marxismos do tipo. Mas todos esses belos atributos não mascaram o fato de que a construção de um “ismo” demanda um critério de distinção que precisa ser dogmaticamente estabelecido ou tão vago e indefinido que passa a não dizer nada.

Igualmente problemáticos são todos os tipos de construções histórico-filosóficas (*geschichtsphilosophischen*). Tais construções presumem que os desenvolvimentos históricos trouxeram à tona uma posição privilegiada que torna não apenas o passado, mas também a progressão futura da história, transparente. O desenvolvimento futuro estava sujeito a predições distintas (o crescimento do proletariado e de sua consciência derrota a burguesia em um ato revolucionário, o capitalismo entra em uma crise e colapso final, os poderes imperialistas se engalfinham em guerras), mas em todos os casos apresentados como o resultado inevitável de leis objetivas. Tais filosofias da história (*Geschichtsphilosophien*) ainda não foram extintas.

Podemos encontrar, ainda hoje, também teorias de um “colapso final” do capitalismo, um desenvolvimento inevitável da história. Os prognósticos de tais filosofias da história têm sido continuamente desmentidos até o momento. Eles se escoram em uma visão dos desenvolvimentos históricos contemporâneos como absolutos, sem considerar a enorme flexibilidade e potencial de integração do capitalismo desenvolvido.

Se e quando o capitalismo chegar a um fim, dificilmente terá sido o resultado de tendências operando automaticamente, mas sim porque o cansaço que provocaram levou conscientemente à decisão de suprimi-lo. Construções histórico-filosóficas podem ser encontradas em Marx, mas acima de tudo nos “manuscritos parisienses” do jovem Marx e em seu período intermediário do *Manifesto comunista*. Em *O capital* é possível encontrar alguns traços que, no entanto, não têm qualquer papel decisivo em seu corpo teórico.

“Média ideal” e manifestação histórica

Qualquer leitor de *O capital* deve observar, antes de qualquer coisa, o que Marx está retratando: ele utiliza diversos exemplos do capitalismo inglês de sua época, mas isso não é o seu objeto de estudo em *O capital*, assim como não é o “capitalismo competitivo do século XIX”, tal como sugerido por Lênin (que procurou suplementar com uma teoria de capitalismo de monopólios). O que Marx procura retratar são as conexões fundamentais do capitalismo, ou, como Marx coloca no fim do terceiro volume de *O capital*, a “organização interna do modo de produção capitalista em sua média ideal” (*Capital* III, Progress Publishers, p.831). Marx não está preocupado com um capitalismo específico, empiricamente existente, mas sim com as estruturas que se encontram por trás de qualquer capitalismo particular.

Marx, portanto, desenvolve seus argumentos em um alto nível de abstração, mas é justamente por essa razão que nós ainda podemos encontrar alguma utilidade para *O capital* hoje em dia. Ao menos em suas intenções, a análise marxista não está preocupada apenas com o século XIX. Por esse motivo, não há necessidade de tentar separar Marx de suas conexões com o século XIX, como Karl Heinz Roth e muitos outros sugeriram. De certa forma, poderíamos dizer que “*O capital*” tem mais aplicabilidade para os séculos XX e XXI do que para o XIX.

Alguns dos mecanismos centrais da dinâmica capitalista analisada por Marx se desenvolveram por completo no século XX, como a “produção de mais-valia relativa”. A expansão da mais-valia através da redução do valor da força de trabalho enquanto resultado da redução do valor nos meios de subsistência apenas poderia se estabelecer após a alta capitalização do consumo, algo que aconteceu somente no século XX. O controle do movimento de acumulação através do sistema financeiro e de crédito, que Marx analisou no terceiro volume de *O capital*, ocorreu em um nível global pela primeira vez durante o último quarto do século XX.

O alto nível de abstração de *O capital*, no entanto, tem um preço. Retratar o modo capitalista de produção nesse nível de média ideal implica que a intenção não é uma análise do modo capitalista de produção em suas manifestações concretas no espaço e no tempo. Tal análise também não consistiria na confirmação de leis gerais com dados concretos. O modo de produção capitalista não existe no nível de uma “média ideal”; ele está enraizado em uma rede política e social concreta e sempre possui um caráter histórico.

A diferença entre a média ideal analisada por Marx e as manifestações concretas do modo de produção capitalista é frequentemente fundida de modo inaceitável. Por um lado, alguns marxistas diminuem essa diferença e a dissolvem em uma continuidade estática de exploração capitalista que considera especificidades históricas como negligenciáveis, ou tentam “derivar” todas as ocorrências sociais a partir das categorias econômicas fundamentais. Por outro lado, alguns oponentes de Marx usaram entusiasticamente essa diferença como argumento contra a teoria marxista: já que a realidade é distinta da teoria, há algo de errado nesta.

Em uma passagem de seu livro, Roth argumenta nessa direção. Ele, consequentemente, critica o conceito de Marx de um “trabalhador duplamente livre”. Os trabalhadores, de acordo com Marx, precisam ser juridicamente livres para vender sua força de trabalho para o capital, mas precisam ser também livres da posse dos meios de produção e subsistência para que sejam compelidos a fazê-lo. Roth argumenta que, enquanto essas circunstâncias existem na metrópole capitalista, elas nunca foram predominantes na periferia, já que muitas relações de exploração capitalista são baseadas não no trabalho livre, mas sim em suas formas de compulsão violenta.

Marx retrata em *O capital* os aspectos capitalistas do capitalismo, isto é, aquilo que diferencia esse modo de produção de todos seus precedentes pré-capitalistas. Um desses aspectos é que a exploração pode ser realizada sem a necessidade de uma relação direta de força entre aqueles que exploram e aqueles que são explorados. A força pode se limitar à “força sem um sujeito” (cf. Gerstenberger, 1990) do Estado burguês, que compele tanto a burguesia quanto o proletariado a obedecerem às mesmas regras: toda pessoa é livre e igual, a propriedade está segura, a forma convencional de associação é o contrato e a incapacidade de cumpri-lo é punida com sanções.

Relações de exploração entre partes desiguais e a exploração dos não livres existem em todos os modos de produção pré-capitalistas. Mas o fato de que não há uma contradição necessária entre a liberdade pessoal e jurídica, por um lado, e a exploração, por outro, é especialmente novo. O capitalismo histórico não coincide com essa média ideal e se revela como uma aglomeração de elementos capitalistas e não capitalistas. Contudo, para podermos analisar essas conexões, em vez de simplesmente descrevê-las, é necessário ter um conceito do que é “capitalista”.

Essas considerações não têm a intenção de acabar com toda crítica da teoria de Marx. Que ele pretendesse analisar a média ideal do modo de produção capitalista não quer dizer que ele tenha automaticamente conseguido fazê-lo com sucesso em todos os aspectos. É necessário conferir constantemente se Marx não transformou fenômenos temporários em aspectos essenciais do modo de produção capitalista.

Esse é o caso da alegação da existência necessária da mercadoria-dinheiro: tais mercadorias-dinheiro não precisam circular necessariamente como dinheiro, mas precisam, ainda assim, funcionar como uma espécie de âncora de todo o sistema financeiro e de crédito. Isso não é definitivamente o caso desde o colapso do sistema Bretton Woods, quando moedas individuais ainda estavam atreladas ao dólar e o dólar, por sua vez, estava atrelado ao padrão-ouro (cf. Heinrich, 1999, p.233-240 e p.302-305).

Desenvolvimento das categorias

Quando lemos *O capital* é necessário não levar em consideração apenas o seu nível de abstração, mas também a sua construção. A sequência de categorias não é de modo algum arbitrária ou orientada de acordo com considerações didáticas.

Marx “desenvolve” categorias, isto é, ele procura deixar claro que categorias em um nível são necessariamente incompletas e, conseqüentemente, precisam de categorias posteriores, ou o nível no qual Marx havia argumentado até então deve ser abandonado. A progressão da própria apresentação, portanto, transmite informações particulares sobre aquilo que está sendo retratado. Essa informação só está completa quando chegamos ao fim de toda a apresentação.

A análise que Marx estabelece em *O capital* não pode ser consumida como “aperitivo”, é necessário encarar todo o menu. Se quebrarmos a apresentação em pequenos pedaços, então há algo que está não apenas incompleto, mas que, considerado em si mesmo, está distorcido. É necessário considerar os três volumes de *O capital* se quisermos fazer qualquer uso dele. Por essa razão Marx resistiu por tanto tempo à pressão de Engels para que publicasse ao menos o primeiro volume de *O capital*, ainda que não tivesse terminado o resto. Quando finalmente consentiu, ele o fez apenas por acreditar que conseguiria terminar os outros dois volumes em um ano – o que se revelou como um erro monumental.

Não foram apenas os marxistas tradicionais que se concentraram no primeiro volume. Parecia que tudo de importante já estava lá: a teoria do valor trabalho, as explicações da exploração, mais-valia, acumulação e, ao final, uma pequena (e altamente especulativa) visão do fim do capitalismo, que se aproximava. Essa recepção do primeiro volume persiste até os dias de hoje e continua predominante, com conseqüências consideráveis.

Implícito nesse retrato “em desenvolvimento” está o fato de que um grande número de temas constantemente reaparece em diferentes níveis de sua argumentação. A acumulação, por exemplo, não tem um papel importante apenas no primeiro volume; ela reaparece, com determinações variadas, no segundo e, finalmente, terceiro volumes. Não percebemos isso se tentarmos entender a acumulação no nível de determinação do primeiro volume. A mesma coisa se dá com o fetichismo, que não se limita ao fetichismo da mercadoria do primeiro capítulo. O exame do fetichismo atravessa os três volumes e culmina na “fórmula trinitária”, que é analisada ao fim do terceiro volume: a naturalização do modo de produção capitalista não apenas como fundamento das estruturas de consciência cotidiana, mas também da economia burguesa.

Classe e luta de classes

Sem as considerações acerca da construção das categorias da crítica da economia política, a teoria marxista de classes não pode ser adequadamente compreendida (cf. Heinrich, 2006, capítulo 10.3). De modo geral, classes sociais em *O capital* só são abordadas incidentalmente, não de forma sistemática. Isso levou ao engano de que classes e lutas não têm um papel importante nessa obra, que a preocupação principal seria com estruturas e tendências objetivas. De acordo com as diferentes interpretações emergentes dessa percepção, classes e lutas eram opostas às estruturas objetivas ou se enfatizavam as passagens sobre

conflitos (as lutas no interior das fábricas, pressões pela diminuição da jornada de trabalho) para confirmar o argumento de que a luta de classes também é um tema importante em *O capital*.

Nos dois casos a construção total do argumento de Marx era obscurecida. No primeiro volume, ele utiliza uma definição estrutural de classes bem limitada e distingue aqueles que possuem os meios de produção daqueles que não os têm. No marxismo tradicional essa simples construção serviu como uma determinação suficiente da “burguesia” e do “proletariado”. Não apenas as divergências dessa simples construção foram obscurecidas; acima de tudo, a dominação de classe foi frequentemente entendida como uma dominação pessoal e deliberada de um grupo sobre o outro. Com essa leitura, *O capital* é reduzido ao nível do *Manifesto comunista*, escrito vinte anos antes, quando Marx ainda praticava uma espécie de aplicação alternativa das categorias preexistentes da economia burguesa em vez de uma crítica destas.

Relações de dominação pessoal e deliberadas são típicas de sociedades pré-capitalistas. Mas a especificidade da forma de dominação capitalista é a sua mediação por coisas. A partir do momento em que as pessoas se relacionam com os produtos de seu trabalho como mercadorias e com os meios de produção como capital, elas constituem uma lógica objetiva particular das coisas através de suas práticas (as mercadorias devem ser vendidas, o capital deve ser valorizado) que então as confronta aparentemente como uma racionalidade objetiva. A dominação de classe capitalista é o resultado inconsciente e não planejado dessa lógica objetiva – o que não exclui necessariamente o fato de que essa dominação de classe pode ser consciente e intencionalmente buscada, esse apenas não é o ponto decisivo.

Com isso em mente, a teoria de monopólio de Lênin (deixando de lado as dificuldades teórico-econômicas específicas, tal como a confusão entre o crescimento do tamanho de determinadas firmas e a redução de seus números com a monopolização, o que sugere uma mudança fundamental nas formas de mediação econômica) é uma regressão decisiva em relação à crítica marxista da economia política: relações econômicas impessoais de poder são transformadas em pessoais, em vez da lei do valor, os “lordes do monopólio” impõem sua vontade ao resto da sociedade, uma lógica objetiva das coisas não tem mais qualquer papel. Algumas tendências do “operaísmo” também procuram reduzir a dominação mediada e objetiva à dominação deliberada de uma classe social, como nos diversos debates dos anos 1970 em que a “crise” era tratada como uma “resposta” dos capitalistas para as lutas dos trabalhadores.

No capitalismo da periferia, relações de dominação pessoal e deliberadas têm um papel muito maior devido à superposição dos modos de produção capitalistas e pré-capitalistas. Para analisarmos essas relações mescladas, precisamos de um conceito claro de dominação de classe capitalista impessoalizada. Uma apresentação das categorias não pode começar com tal concepção de dominação de classe.

Esta deve emergir como um resultado daquela. Por essa razão, o capítulo sobre classes de Marx não está no começo, mas sim no fim de *O capital*.

A dominação objetivamente mediada acompanha o “fetichismo que se vincula aos produtos do trabalho assim que estes são produzidos como mercadorias” (*Capital*, v.I [Penguin], p.165). O fetichismo aqui não significa simplesmente uma forma de “falsa” consciência ou mesmo manipulada. A questão está relacionada a uma forma espontânea de se considerar uma determinada prática: quando as atividades dos agentes sociais são mediadas por coisas, então todas as coisas assumem propriedades sociais. Todas as classes sociais estão sujeitas a esse fetichismo que emerge das práticas sociais.

Consequentemente, não há um lugar privilegiado que ofereça uma visão penetrante acerca do funcionamento do capitalismo: nem dos capitalistas, que se preocupam com a valorização do capital, nem dos trabalhadores, que são diretamente explorados pelo capital. Nada ganhamos ao assumirmos o “ponto de vista dos trabalhadores”. Lutas de classes se desenvolvem inicialmente dentro de um modelo capitalista. A prioridade do explorado é (necessariamente) garantir sua situação legal e material dentro de um contexto de exploração.

Que existam lutas contra o capital não implica automaticamente que tais lutas sejam inerentemente anticapitalistas. A luta contra o capitalismo é sempre uma exceção histórica. Superestimar essas lutas é ao menos uma tendência no operarismo. Karl Heinz Roth também adere à noção de que não podemos automaticamente deduzir que a “subclasse global” irá mais cedo ou mais tarde se revoltar contra o sistema capitalista, mas, por outro lado, escreve que “nós podemos sem sombra de dúvidas presumir que para as classes subalternas globais, a maior parte dos 6,4 bilhões de humanos, o capitalismo perdeu sua legitimidade” (Roth, 2005, p.62).

Provavelmente a maioria desses 6,4 bilhões de indivíduos nem se preocupa com questões acerca do capitalismo como tal; ela está tentando, pura e simplesmente, sobreviver. Aqueles que, no entanto, simplesmente não aceitam sua situação e levantam questões acerca de suas origens chegam a diversas conclusões, que vão da natureza injusta de toda a humanidade à incompetência de governos específicos, à ganância de capitalistas e bancos específicos ou de judeus (ou, em alguns países asiáticos, negociantes chineses). O capitalismo como tal raramente é considerado responsável; nesse caso, em alguns países do terceiro mundo e da Europa oriental, nós podemos encontrar o sonho de um capitalismo “correto”, aquele que funcionaria sem ganância, violência ou corrupção.

O sistema mundial capitalista

Autores como Antonio Negri ou Karl Heinz Roth corretamente argumentam que o capitalismo pode ser analisado apenas como um sistema global. Marx tinha essa perspectiva quando argumentou em *O capital* que o mercado mundial “é a base e elemento vital da produção capitalista” (*Capital*, v.3 [Progress Publishers], p.110). A questão, no entanto, é como analisamos o sistema mundial capitalista.

Muitos marxistas enxergaram em *O capital* o retrato de um capitalismo limitado a estados-nação individuais, no qual a teoria de um mercado mundial seria apenas uma adição. Assim, a sequência de categorias (Marx originalmente pretendia escrever livros sobre o Estado e o mercado mundial após sua obra sobre *O capital*) é vista como uma sequência da extensão da cobertura da análise.

Uma economia nacional, porém, tem como precondição a demarcação em relação a outras economias nacionais (mediadas através do Estado). Sem o mercado mundial, uma economia nacional não pode ser propriamente analisada. Em *O capital*, não encontramos a análise de uma economia nacional, mas (com a “média ideal” analisada) sim as categorias que são precondições para a pesquisa de uma economia nacional e do mercado mundial.

Na tradição marxista, esse furo teórico é geralmente preenchido pela teoria do imperialismo. No entanto, a teoria do imperialismo de Lênin, em particular, está aquém dos *insights* da crítica da economia política marxista. Os problemas da teoria de monopólio capitalista já foram indicados acima. Complementarmente, há uma teoria economicamente limitada do Estado que continua popular até os dias de hoje sob diversas roupagens: o Estado é reduzido ao status de “instrumento” dos monopólios, cujos interesses econômicos internacionais devem ser impostos ou garantidos. O que fica obscurecido nessa visão simples do Estado como “instrumento” é o fato de que os interesses capitalistas comuns (distintos e mais concretos do que o interesse comum na permanência do modo capitalista de produção) não são de modo algum preexistentes, apenas aguardando a oportunidade ideal para serem implementados. Esses interesses devem ser definidos e implementados, eles devem conseguir apoio, eles precisam de hegemonia social – processos nos quais o Estado joga um papel decisivo, mas não apenas como “instrumento”.

Deveríamos abandonar as limitações das teorias clássicas de imperialismo. Nem todo distanciamento das teorias de imperialismo, no entanto, consegue transcendê-las. Em *Império*, Hardt e Negri já deixam evidentes as diferenças em relação às teorias clássicas do imperialismo em seu título. Mas sua crítica das teorias de imperialismo consiste em afirmar que elas já não são mais válidas, que os estados-nação perderam seu papel decisivo no processo de globalização. O economicismo tradicional não é criticado e uma situação aparentemente mais nova é afirmada. Uma crítica dos problemas na teoria do imperialismo, conseqüentemente, não é desenvolvida.

Karl Heinz Roth enfatiza a importância do caráter “predatório” da acumulação contemporânea, que visa pagar às forças de trabalho menos do que seus custos de reprodução. David Harvey (2003) também desenvolve uma espécie de economia do roubo com sua teoria de “acumulação por despossessão”, que serve não apenas para as forças de trabalho, mas também para a apropriação de recursos em países estrangeiros, certas atividades bancárias, escândalos nas negociações financeiras etc. Ambos acusam Marx de localizar tais mecanismos apenas na história inicial

do capitalismo, a “acumulação primitiva”, subestimando, assim, sua relevância contemporânea.

Marx, porém, estava preocupado com a diferença entre a constituição histórica das condições para a relação do capital e a reprodução dessas condições dentro da relação de capital já existente. As tendências “predatórias” emergem quando novos territórios são capitalizados, ou quando cada crise coloca em questão o nível de reprodução previsto por Marx. Quando isso acontece sob condições capitalistas já desenvolvidas, no entanto, a questão a ser colocada então é como os processos de expropriação são mediados pela lei do valor se não quisermos permanecer meramente no nível da observação.

Aqui Roth e, sobretudo, Negri são um pouco precipitados em seu abandono da teoria do valor em Marx. Aparentemente esse abandono de Hardt e Negri é baseado, acima de tudo, em um simples ato de equalização do “trabalho abstrato” constituinte de valor com o trabalho mensurável e temporal da fábrica. Conforme este aparentemente declina, a teoria do valor marxista para eles perde sua base. Mas o conceito de “trabalho abstrato” de Marx não é idêntico ao tipo de trabalho despendido, mas sim uma categoria de mediação social: seu alvo é o caráter especificamente social do trabalho gasto na produção de mercadorias – independentemente de essa mercadoria ser um tubo de ferro ou os cuidados oferecidos por enfermeiras em um hospital, regulado de forma capitalista.

A teoria marxista do valor não é uma teoria sobre a distribuição de riqueza social, mas sim uma teoria da constituição da totalidade social sob as condições da produção capitalista de mercadorias – e, como tal, ela não está, ao contrário de todas as afirmações ignorantes, obsoleta.

Referências bibliográficas

- BACKHAUS, Hans Georg. *Dialektik der Wertform*. Freiburg, 1997.
- FROMBELOFF (org.). *Und es begann die Zeit der Autonomie*. Hamburg, 1993.
- GERSTENBERGER, Heide. *Die subjektlose Gewalt. Theorie der Entstehung buergerlicher Staatsgewalt*. Muenster, 1990.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Empire*. Harvard University Press, 2000.
- HARVEY, David. *The New Imperialism*. Oxford University Press, 2003.
- HEINRICH, Michael. *Die Wissenschaft vom Wert*. Muenster, 1999.
- _____. Praxis und Fetischismus. In: KIRCHHOFF, Christine et al. (org.). *Gesellschaft als Verkehrung*. Freiburg, 2004, p.249-270.
- _____. *Kritik der politischen Ökonomie. Eine Einfuehrung*. Stuttgart, 2006.
- REICHEL, Helmut. *Zur logischen Struktur des Kapitalbegriffs bei Karl Marx*. Freiburg, 2001.
- ROTH, Karl Heinz. *Der Zustand der Welt. Gegen-Perspektiven*, Hamburg, 2005.
- WRIGHT, Steve. *Storming Heaven*. Pluto Press, 2002.

than being an instrument of periodization and analysis, become an obstacle to a historical reconstruction of the Marxist tradition in the twentieth century.

Keywords: Western Marxism, Perry Anderson, Soviet Marxism, Eastern Marxism.

Os invasores de Marx: sobre os usos da teoria marxista e as dificuldades de uma leitura contemporânea

MICHAEL HEINRICH

Resumo: A “nova leitura de Marx” proposta no artigo afasta-se tanto do “operaísmo” de Antonio Negri ou Karl Heinz Roth, em sua crença de que algumas importantes categorias elaboradas por Marx já não são mais capazes de dar conta do capitalismo contemporâneo, quanto da ideia de uma *Weltanschauung* marxista que forneceria respostas para todas as questões históricas, sociais ou filosóficas preexistentes. A “nova leitura de Marx” reconhece que seu legado está composto por um gigantesco e desigual conjunto de trabalhos teóricos fragmentados, porém que em seu nível de generalidade constituem um indispensável instrumento para a compreensão de nossa época.

Palavras-chave: Marx, filosofia da história, colapso final, mais-valia relativa.

Abstract: The “new reading of Marx” proposed in this article deviates from Antonio Negri’s or Karl Heinz Roth’s “operaísmo” in their belief that some important categories developed by Marx are no longer able to account for contemporary capitalism, and from the idea of a Marxian *Weltanschauung* providing answers to all the pre-existent historical, social or philosophical issues. The “new reading of Marx” acknowledges that his legacy is composed by a gigantic and unequal set of fragmented theoretical works, which on their level of generality are an indispensable tool for understanding the contemporary situation.

Keywords: Marx, philosophy of history, final collapse, relative surplus value.

Capitalismo e relações internacionais: uma crítica a Schumpeter, Keynes e Hayek

DANIEL AUGUSTO FELDMANN

Resumo: Neste artigo, traçaremos uma análise da visão acerca das relações internacionais em três autores importantes do pensamento econômico do século XX: Schumpeter, Keynes